

EIXO TEMÁTICO 1 | ESTADO, MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS

ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS E O ACESSO A POLÍTICAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE CRUZ DAS ALMAS-BA: levantamentos preliminares

COMMUNITY ORGANIZATIONS AND ACCESS TO PUBLIC POLICIES IN THE MUNICIPALITY OF CRUZ DAS ALMAS-BA: preliminary surveys

Vívian Karen Anunciação da Silva dos Santos
Suelen Cunha Santos
Isaac Alves de Jesus¹
Silvia Cristina Arantes de Souza²

RESUMO

O presente trabalho se trata de uma pesquisa em andamento, de caráter quanti-qualitativo, em fase de revisão de literatura e análise de dados obtidos através do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). Trata-se do desenvolvimento do Projeto de Pesquisa “Organizações Comunitárias e o acesso a políticas públicas: mapeamento e histórias de participação social em Cruz das Almas-BA”, a partir da participação das autoras e do autor, vinculado a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), o qual tem como objetivo central investigar se ocorre e como se dá o acesso a políticas públicas pelas organizações comunitárias no município de Cruz das Almas-BA. Para aproximar-se do conceito de território e a noção de territorialidade utilizou-se autores como: C. Raffestin, M. A. Saquett, R. L. Monte-Mór e D. Koga.

Palavras-chave: Território; Projetos sociais; Desenvolvimento local.

ABSTRACT

This current work is an ongoing quantitative-qualitative research, currently in the literature review and data analysis phase, using data obtained from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) and the Superintendence of Economic and Social Studies of Bahia (SEI). It involves the development of the Research Project "Community Organizations and access to public policies: mapping and stories of social participation in Cruz das Almas-BA", with the participation of the

¹ Estudantes de graduação do Bacharelado em Serviço Social na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB); vivianka35@hotmail.com, susanttos449@gmail.com; isaackallves123@gmail.com

² Professora Doutora do curso de Bacharelado em Serviço Social pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB); sillaran@ufrb.edu.br

authors, affiliated with the Federal University of Recôncavo da Bahia (UFRB). The central objective is to investigate whether and how community organizations access public policies in the municipality of Cruz das Almas-BA. To approach the concept of territory and territoriality, authors such as C. Raffestin, M. A. Saquett, R. L. Monte-Mór, and D. Koga were consulted.

Keywords: Territory; Social projects; Local development.

1 INTRODUÇÃO

Organizações comunitárias são definidas enquanto entidades sem fins lucrativos, com objetivo de organizar e concentrar forças de moradores de uma determinada comunidade, por meio de uma estrutura coletiva, com ênfase no alcance de objetivos de desenvolvimento local e participação social. A pesquisa, realizada no âmbito da iniciação científica, e aqui apresentada em seus resultados preliminares, tem como objetivo conhecer *se ocorre e como se dá* o acesso a políticas públicas pelas entidades comunitárias no município de Cruz das Almas-BA.

Assim, o presente trabalho é fruto das reflexões cultivadas a partir da participação no Projeto de Pesquisa intitulado “ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS E O ACESSO A POLÍTICAS PÚBLICAS: mapeamento e histórias de participação social em Cruz das Almas-BA”, coordenado pela profa. dra. Silvia Cristina Arantes de Souza. O projeto tem por objetivo conhecer a ocorrência e como se manifesta o acesso a estas políticas públicas pelas organizações/associações comunitárias no referido município. Trata-se de uma pesquisa em andamento, que possui caráter quanti-qualitativo, sendo que a fase atual se debruça sob o método de revisão de literatura e análise de dados obtidos através do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI).

A pesquisa de campo será realizada em duas etapas, sendo que na primeira, aplicaremos o questionário que possibilita mapear as organizações comunitárias ativas no município, bem como verificar como se dá a relação delas com o universo de políticas sociais. O contato com as lideranças comunitárias nessa primeira fase, nos possibilitará identificar possíveis experiências de mobilização e participação social a serem coletadas na segunda etapa da pesquisa, por meio do retorno às comunidades selecionadas para realização de entrevistas semiestruturadas.

Cumpramos ressaltar que a pesquisa exploratória se encontra em sua etapa de revisão de literatura para sustentação teórica, analisando e realinhando as particularidades metodológicas inclusas no processo de pesquisa bibliográfica.

Na formulação do projeto e leituras preliminares, considerando o objeto de estudo e a perspectiva metodológica adotada, identificamos fundamentos teóricos relevantes ao processo investigativo, especialmente a partir das categorias teóricas que se referem às noções de território, às relações contemporâneas entre o urbano e rural e às formas de participação social. A necessidade de incursões teóricas sobre tais temas reafirmou-se em nossos primeiros esforços investigativos.

Considerando a dimensão teórico-metodológica e, nesta primeira etapa da pesquisa – mapeamento das organizações comunitárias em funcionamento no município e a identificação de políticas públicas acessadas –, a apropriação conceitual da noção de território que utilizaremos foi nosso principal movimento investigativo no âmbito da pesquisa bibliográfica.

Por outro lado, o número de organizações comunitárias localizadas em comunidades rurais, identificadas no levantamento prévio para definição do universo da pesquisa, indicaram a necessidade de refletir sobre as relações entre o urbano e o rural na atualidade, sendo necessário evidenciar esta relação como forma de fortalecer os tecidos sociais, desmistificando teorias engessadas, a fim de estimular um desenvolvimento territorial equilibrado. Assim, nossa próxima incursão literária será com relação aos estudos acerca das relações contemporâneas entre o urbano e o rural.

Nesse sentido e, considerando-se a coleta de dados e informações preliminares, além de analisar os Indicadores Territoriais da SEI (Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia), do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e do Cadastro Econômico da Prefeitura Municipal de Cruz das Almas-BA, foram consultados alguns autores que se aproximam intelectualmente da noção categorial de território, como Dirce Koga, Milton Santos e Roberto Luís Monte-Mór. Os materiais foram lidos cuidadosamente, fichados e discutidos em grupo.

Outro indicativo de que a noção conceitual de território se constitui um referencial importante refere-se a atual organização regional do estado da Bahia, na qual localizamos o município de Cruz das Almas, posto que, segundo a SEI, dentre os 18 municípios que compõem o Território de Identidade do Recôncavo, Cruz das Almas figura como um dos dois municípios de destaque e possui índices significativos de desenvolvimento, no âmbito regional.

2 TERRITÓRIO, DESENVOLVIMENTO LOCAL E O LUGAR DAS ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS

Partimos do pressuposto que o olhar sobre as organizações comunitárias de Cruz das Almas e sua relação com o universo de políticas públicas pode se constituir como um importante indicativo de desenvolvimento no Território de Identidade no Recôncavo.

Além de reafirmar a necessidade de aprofundarmos nosso conhecimento sobre a noção conceitual de território, o levantamento prévio para definição do universo da pesquisa, indicou um número significativo de organizações comunitárias localizadas em comunidades rurais. Isto posto evidenciou-se a necessidade de refletir sobre as relações entre o urbano e o rural na atualidade, buscando tendências e evidências de como estas novas formas de relação podem fortalecer os tecidos sociais, desmistificando teorias engessadas, quando se trata de conhecer novas possibilidades de estimular desenvolvimento territorial no âmbito local

Assim, na fase atual de revisão bibliográfica dialogamos em linhas gerais, com autores como C. Raffestin, M. A. Saquett, R. L. Monte-Mór e D. Koga, especialmente no que se referem às de território e de territorialidades. Entretanto, privilegamos as observações desenvolvidas pelo geógrafo Milton Santos, em sua formulação da categoria ‘território usado’, já que essa se debruça naquilo que é vivo e vivido; trata-se, nessa perspectiva, de encarar as transformações historicamente impostas, analisando seus fixos e fluxos a partir do seu uso.

Milton Santos ao formular a categoria território usado, afirma que tal noção reúne o “chão” mais a identidade, o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. Para Santos (1999), o “território em si” não é o conceito; o que se conceitua é seu uso.

Nessa perspectiva a noção revela sua dimensão histórica e de prática social, pois o território em si “não se constitui uma categoria de análise ao considerarmos o espaço geográfico como tema das ciências sociais, isto é, como questão histórica. A categoria de análise é o território utilizado” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 247). Evidencia-se assim o território como abordagem relacional.

Koga (2015), na esteira do conceito de território usado, enquanto perspectiva de abordagem relacional, afirma:

Diante deste contexto, que situa o processo e a compreensão do território como dinâmico, relacional construído e mediado pelas ações humanas no esteio da existência da vida material e espiritual dos homens em sociedade, podemos compreender que o território não se confirma apenas como um conceito de cunho

analítico que explica as relações do homem sobre sua sociedade, espaço e tempo. (KOGA, 2015, p. 34-35)

O processo de territorialização decorre da relação intrínseca entre a sociedade e a natureza, de forma que essa dialética está sempre em constante movimento. Segundo Milton Santos, essa noção do território nos permite uma maior aproximação com as vivências reais dos sujeitos. Em termos gerais é possível perceber que o território é a base do trabalho, o lugar de moradia, das trocas materiais, espirituais e do exercício da vida e que tal elemento só se efetiva devido a territorialidade e as rugosidades estabelecendo determinações das formas de se relacionar através da troca multidimensional entre os indivíduos sociais, sendo esse conjunto responsável por modificar não só a territorialização, mas também a forma como as pessoas se relacionam com o espaço. Koga (2015), relacionando tal noção no âmbito das formulações da política de assistência social, afirma que “consideramos ser este o ponto de partida para se pensar territorialização da proteção social básica: o cidadão e o lugar em que vive”.

A partir da categoria reflexiva de território usado, Ana Clara Torres Ribeiro desenvolve a noção de “território praticado”. Para a autora, “território praticado” constitui o lugar/espaço no qual as populações vivenciam suas trajetórias, suas lutas; constroem e reconstróem suas manifestações culturais e normas sociais não institucionalizadas ou ocultas aos aparelhos estatais. Nesse sentido, a noção de território dialoga substancialmente com a questão da participação social.

Ribeiro (2012), também resgata outro conceito de Milton Santos, o qual penso ser significativo para não me descuidar da história como processo ontológico da realidade material; trata-se das *rugosidades*. Rugosidades entendidas como as heranças que o território tem. Segundo Ribeiro (2012) as rugosidades nos sinalizam o espaço como acúmulo de tempo, ou seja, esta noção “enfrenta os enigmas teóricos relacionados a indissociabilidade entre espaço e tempo”; valoriza a historicidade que conforma a espacialidade, “que é por ela (a rugosidade) expressa e contida (RIBEIRO, 2012, p. 68). Sem a rugosidade, “não existiriam sobrevivências que particularizam e singularizam as formações sociais, especialmente os lugares” (RIBEIRO, 2012, p. 69).

Outra referência conceitual que emerge ao nos debruçarmos sobre os estudos acerca da categoria “território usado”, refere-se à categoria “territorialidades”. Saquet (2011) entende territorialidade como expressão das relações de poder estabelecidas de modo socioespacial e

para Raffestin (1993, p. 31), a existência humana é “um vasto complexo relacional”, que germina no chão dos espaços da vida cotidiana. Para ele, a territorialidade se constitui como:

[...] o conjunto das relações que os homens têm com a exterioridade e a alteridade, com a ajuda dos mediadores para satisfazer suas necessidades na esperança de obter maior autonomia possível. Em outras palavras, as condições de estabelecer relações aleatórias com o ambiente físico e o ambiente social, dando conta dos recursos do sistema” (RAFFESTIN, 2010, p. 14).

Nesta perspectiva, a compreensão do universo categorial que envolve a noção de território como categoria analítica, se faz essencial no andamento da pesquisa, entendendo que as relações entre organizações comunitárias, políticas públicas, cultura, costumes e práticas estão alicerçadas ao movimento de territorialização historicamente determinado e, analisar os dados a partir desse movimento teórico possibilita uma visão da realidade na sua concreticidade.

A análise do território como expressão de uma categoria presente no real, direciona o olhar e a crítica dos fundamentos civilizatórios existentes no cenário contemporâneo, permite a elucidação dos nexos e relações de poder que atravessam a vida e lugar dos sujeitos. No âmbito das políticas públicas se torna indispensável ao processo de planejamento, promoção e execução das ofertas de serviços e da proteção social. Em outras palavras o território se confunde com a vida, é inseparável da vivacidade das relações humanas, do processo de criar e recriar-se no mundo. (KOGA, 2015, p. 35)

3 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: SUA CENTRALIDADE E ACESSO

O conceito de território vem sendo, paulatinamente, reconhecido como uma categoria importante para fundamentar os estudos e análises realizadas pelo Serviço Social, especialmente no que se refere a pensar e formular sobre as políticas sociais e o agir profissional junto aos espaços de sociabilidades da população usuária dos seus serviços. Tendo em vista a relevância social e política das organizações comunitárias e seus objetivos no âmbito de organizar e concentrar forças de moradores de uma determinada comunidade para que ocorra participação no controle social e sendo ela desenvolvida numa estrutura coletiva, tem-se nesse formato uma ideia democrática de mobilização social. Nesse escopo, afirmar o território como uma força social viva e pulsante, torna-se uma referência singular e importante para pesquisas como a que nos propomos.

Os territórios são construídos historicamente no movimento do curso e das transições da história social dos homens, sendo dinâmicos e relacionais, vista a compreensão das multidimensionalidades que perpassam sua constituição e configuração. Sua produção está ligada aos componentes naturais de seu relevo e solo, mas, sobretudo, as relações sociais fluidas e conflituosas tecidas ao longo do tempo. Na medida em que o homem através do trabalho transforma a natureza e a si, transforma o espaço em meio socialmente mediado e modificado por seus interesses. (KOGA, 2015, p. 31)

No estado da Bahia, há uma singularidade no que se refere ao planejamento de políticas públicas no âmbito da ação do estado; a partir de 2007, a abordagem territorial passou a ser considerada no planejamento público elaborado pelo governo de Estado na Bahia. A adoção dos Territórios de Identidade como nova regionalização do estado e a instituição da Política Estadual de Desenvolvimento Territorial, enquanto estratégias de planejamento público estabeleceram novas relações entre o governo do Estado e os municípios mediadas por organismos como a Coordenadoria Estadual de Territórios (CET), os Colegiados de Desenvolvimento Territoriais (CODETERS), o Conselho Estadual Territorial (CEDETER), favorecendo novas experiências de desenvolvimento regional tendo como sujeitos - além dos gestores municipais -, organizações locais e regionais. A nova regionalização da Bahia relacionou 417 municípios em 27 Territórios de Identidade, em que o município de Cruz das Almas integra o Território do Recôncavo, juntamente com outros 18 municípios.

Essa nova organização territorial proposta pelo Estado da Bahia, se orienta a partir da concepção de território que considera a vida que nela existe e o cotidiano das relações (SOUZA, 2021). Neste sentido, concordamos com Koga (2015) quando ela ressalta que o território é também ator, “ultrapassando o caráter passivo que a imagem de um palco possa transparecer como se fosse um ser inerte em relação às intervenções humanas que nele acontecem”

De acordo com os Indicadores Territoriais da SEI (Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia), Cruz das Almas figura como um dos dois municípios de destaque do TI Recôncavo, ao lado de Santo Antônio de Jesus. O município de Cruz das Almas foi criado em 1897, desmembrando-se de São Félix. Seus primeiros povoadores procederam de São Félix e Cachoeira, estabelecendo-se e construindo o novo arraial a partir das plantações de açúcar e das fundações de seus engenhos. A agricultura de subsistência, tendo na mandioca seu principal produto se desenvolve simultaneamente à pecuária e a lavoura fumageira, cultivada nas terras circunvizinhas às da cana de açúcar.

No Território de Identidade do Recôncavo, Cruz das Almas é o segundo município mais populoso, com uma população de 63.923 pessoas, de acordo com o Censo de 2022, pelo IBGE,

com uma densidade demográfica de 433,79 hab/km² e 139,117 km² de área territorial. Com relação a outros indicadores para uma breve apresentação de Cruz das Almas, registra-se que o município possui IDH de 0,699 (IBGE, 2022) e, segundo o Mapa da Pobreza (IBGE, 2003), a incidência da pobreza é de 39,59 e o Índice de Gini é de 0,4. Já a taxa de mortalidade infantil (IBGE, 2022) registrada é de 17,02 óbitos por mil nascidos vivos.

No que se refere a existência de entidades sem fins lucrativos no município, segundo o IBGE, Cruz das Almas possuía em 2016, um total de 116 entidades sem fins lucrativos, assim distribuídas: Saúde – 01; Cultura e Recreação – 07; Educação e Pesquisa – 45; Assistência Social 3; Religião 20; Partidos Políticos, Sindicatos, Associações Patronais e de Profissionais – 13; de Desenvolvimento e Defesa de Direitos – 23; Outras – 4. No Cadastro Econômico da prefeitura municipal de Cruz das Almas, as organizações comunitárias registradas com Inscrição Estadual, estão relacionadas como: Associações de defesa de direitos; Organizações associativas ligadas à cultura e à arte; Organizações associativas profissionais e; Associações “não especificadas anteriormente” (outras).

Partindo da concepção do território para além das dimensões geográficas, busca-se investigar se ocorre e como ocorre o acesso às políticas públicas pelas organizações comunitárias no município de Cruz das Almas-BA. A pesquisa se debruça a partir do cadastro econômico municipal, considerando aquelas especificadas como: associações de desenvolvimento comunitário (incluindo as de produtores/as da agricultura familiar); associações/organizações comunitárias beneficentes (excluindo os clubes de serviço) e; as organizações ligadas à cultura e à arte.

Assim, a partir do cadastro municipal, chegamos ao seguinte universo de pesquisa: 35 organizações comunitárias, sendo 14 com suas sedes localizadas na zona rural. A partir do mapeamento e delineamento do perfil das organizações comunitárias atuantes no município, nosso interesse será identificar como se dão as condições objetivas para elas acessarem (ou não) políticas públicas que podem impactar positivamente no desenvolvimento de suas localidades e como a participação social acontece nesse processo.

Considerando a formatação regional do estado da Bahia e o planejamento de políticas públicas realizadas no âmbito dos recentes governos do estado, a partir da formatação dos Territórios de Identidade, outro passo investigativo realizado foi uma primeira aproximação a editais públicos que inserem as organizações comunitárias como público-alvo. Dessa forma, foi relacionado que estes editais podem ser de natureza estadual ou nacional, com algumas áreas

temáticas de enfoque, como o fomento à agricultura familiar, o desenvolvimento local, cultural e artístico, dentre outros. Ademais, no período pandêmico (Covid-19), foi possível registrar alguns editais específicos de teor emergencial, para que as associações pudessem sobreviver às adversidades e retomar algumas atividades. Assim, tem-se algumas instituições filantrópicas de referência que promovem os editais, como Fundo Baobá, Fundo Brasil de Direitos Humanos e Fundação Casa. Já outros, são desenvolvidos a partir do Governo Federal e Estadual como: Bahia Produtiva, Fundação Cultural Palmares, Lei Aldir Blanc, Lei Paulo Gustavo.

4 CONCLUSÃO

Em nossa caminhada na execução da primeira etapa da pesquisa, que consiste no mapeamento da organizações comunitárias existentes no município de Cruz das Almas e as formas possíveis de acesso a políticas públicas que favoreçam o desenvolvimento de suas comunidades, reafirmamos a necessidade de analisar categoricamente as diversas estruturas que constituem o território e as territorialidades, para que fundamentados na totalidade destas, seja possível identificar como se dão as relações sociais entre tais entidades e o Estado, a partir do lugar onde vivem as pessoas e das relações comunitárias que estabelecem.

A aproximação preliminar ao universo da pesquisa de campo revelou um número significativo de organizações comunitário em território rural, o que nos levará a novos movimentos de pesquisa literária, aproximando-nos das temáticas relacionadas às novas dinâmicas entre urbano e o rural. A particularidade de planejamento das políticas públicas no estado da Bahia, identificada na formatação regional dos Territórios de Identidade na Bahia e aceita pelos governos do estado desde 2007, confirma-se como um indicador importante a ser considerado nas próximas etapas da pesquisa.

Assim, no que se refere à realização da pesquisa de campo, identificamos algumas especificidades que precisarão ser consideradas na elaboração do questionário a ser aplicado para mapeamento das organizações comunitárias e; na confecção do roteiro das entrevistas qualitativas a serem realizadas com o objetivo de detectar as formas de participação social (na segunda etapa da pesquisa).

Por outro lado, o caminho percorrido até o presente momento, reforça nossa disposição de identificar elementos que contribuam na compreensão e análise dos processos de acessibilidade e relações sociais entre as organizações comunitárias e as políticas públicas, a partir da consideração das particularidades dos territórios e suas territorialidades.

A existência formal de uma organização comunitária não garante a viabilização e acessibilidade das políticas públicas que lhe são de direito, neste sentido, é preciso refletir sobre as dificuldades encontradas pelos grupos coletivos, bem como suas formas de resistência e de luta a partir do local onde vivem, no sentido de acessar políticas públicas que promovam melhor qualidade de vida e desenvolvimento local.

Por meio desta aproximação ainda incipiente ao universo pesquisado, já nos é possível supor que múltiplos desafios são encontrados na trajetória de criação, manutenção e sobrevivência destas organizações. Numa aproximação imediata à realidade, evidenciam-se dificuldades, por exemplo, para as organizações comunitárias terem acesso e disputarem editais públicos. O edital emerge, a princípio, como o principal meio de concessão e aprovação de projetos criados e demandados por estas entidades; interferências como a falta de acesso em tempo hábil e instrução em manusear os meios tecnológicos e digitais, como também a linguagem rebuscada e formal que estes editais geralmente apresentam, acabam por desmotivar e desgastar a energia mental e física das pessoas que participam destes processos. Perante os elementos que podem interferir na promoção, acessibilidade e democratização das políticas públicas, não se descarta, inclusive a inoperância ou mesmo o fechamento dessas organizações.

Assim, o percurso investigativo já realizado confirma nosso pressuposto de que o olhar sobre as organizações comunitárias de Cruz das Almas e sua relação com o universo de políticas públicas, numa perspectiva de desenvolvimento local, pode se constituir como um importante indicativo de desenvolvimento no Território de Identidade no Recôncavo e nos aponta para a possibilidade de continuidade da presente pesquisa, estendendo-a para outros municípios que integram o Território de Identidade do Recôncavo da Bahia.

REFERÊNCIAS

BAHIA. Política Territorial do estado da Bahia. Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br/arquivos/File/politica-territorial/PUBLICACOES_TERRITORIAIS/Historico_da_Politica_Territorial_da_Bahia.pdf> Acesso em: 01 dez. 2019.

BAHIA. Política Territorial e a Participação Social. Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br/arquivos/File/politicaterritorial/PUBLICACOES_TERRITORIAIS/Historico_da_Politica_Territorial_da_Bahia_v2.pdf> Acesso em: 01 dez. 2019.

BITOUN, Jan; MIRANDA, Livia Izabel Bezerra de; ARAÚJO, Tania Bacelar de. Ruralidades brasileiras e os desafios para o planejamento urbano e regional. **Anais do XVI ENANPUR**, v. 16 n. 1 (2015)

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2010**. Cruz das Almas: IBGE, 2016.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2022**. Cruz das Almas: IBGE, 2023.

KOGA, D. Territórios de vivência em um país continental. **Ser. Soc. & Saúde**. Campinas, S.P., v. 14, n. 1 (19), p. 9-26, jan./jun., 2015.

KOGA, Dirce. Produto 1 de Consultoria Técnica realizada junto ao Programa qualifica SUAS promovido pela Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – SEDESE, Subsecretaria de Estado de Assistência Social de Minas Gerais, 2014 - 2015.

MONTE-MOR, Roberto Luis. O que é o urbano, no mundo contemporâneo. **Revista Paranaense de Desenvolvimento - RPD**, [S. l.], n. 111, p. 09–18, 2011. Disponível em: <https://ipardes.emnuvens.com.br/revistaparanaense/article/view/58>. Acesso em: 24 mar. 2024.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo, Ática, 1993.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Homens lentos, opacidades e rugosidades. **Revista Redobra**, ano 3, n. 9, Salvador-BA, PPG-AU/FAUFBA, 2012.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **Brasil – território e sociedade no início do século XXI**. São Paulo/Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. 4 ed. São Paulo-SP: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

SANTOS, Milton. Entrevista de Milton Santos concedida a José Correa Leite. **Revista Teoria e Debate**. Fundação Perseu Abramo, Edição 40, fev./mar./abr. de 1999. Disponível em: <<https://teoriaedebate.org.br/1999/02/06/milton-santos/>> Acesso em: ago/2023.

SAQUET, M. A. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial**. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SOUZA, Silvia C. Arantes de. **Tessituras dos Territórios de Identidade na Bahia: gestão territorial, trajetórias e vivências coletivas de participação**. Tese. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2021.